



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2016**  
**(Do Sr. Rômulo Gouveia)**

**Dispõe sobre a  
obrigatoriedade de informação  
do término de promoção de  
serviços nas faturas emitidas  
pelas concessionárias de  
serviços públicos continuados, e  
dá outras providências**

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º As concessionárias de serviços públicos continuados ficam obrigadas a informar nas faturas, que enviam mensalmente a seus consumidores, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término de qualquer promoção relativa à redução de tarifa ou ao custo pela prestação do respectivo serviço, qual novo preço ou novas condições serão aplicados pela prestação de tais serviços.

Art. 2º O descumprimento do disposto no art. 1º desta Lei isenta o consumidor a eventual majoração no preço do serviço prestado pela concessionária até que esta comprove que já fez a notificação devida ao consumidor nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Além da sanção prevista no *caput* deste artigo, a concessionária de serviços públicos continuados que infringir o disposto no art. 1º desta Lei sujeitar-se-á às sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.



Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Faz-se necessário que as concessionárias de serviços públicos continuados passem a informar em todas as faturas mensais, com antecedência mínima de trinta dias, a data do término das promoções temporárias ofertadas ao consumidor.

Tronou-se comum o abuso e o desrespeito ao consumidor cometido pelas concessionárias de serviços públicos continuados, a exemplo das operadoras de telefonia móvel ou de acesso à internet. Essas empresas, para atrair os consumidores, costuma praticar o oferecimento de promoções durante determinado período de tempo, com a oferta de descontos e vantagens extras, aos seus clientes, sendo que, abruptamente, suspendem as promoções e passam a cobrar tarifas mais caras, sem que o consumidor tenha sido advertido dessa mudança.

Com a medida ora proposta, o consumidor passará a ficar mais protegido desses sustos e poderá exercer um maior controle sobre o que está sendo pago em sua fatura, na medida em que saberá quando passará a pagar a mais pelo serviço ou quando perderá a vantagem até então oferecida pelo prestador do respectivo serviço.

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em seu artigo 6º, inciso III, já prevê que, dentre os direitos básicos do consumidor, se insere o direito à informação clara e adequada sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dessa forma, essa medida evitará que, doravante, o consumidor brasileiro seja surpreendido e receba uma fatura com valor maior do que era esperado, em função de ter ocorrido o término de uma promoção ou de outra vantagem temporária que lhe fora concedido pela concessionária de serviços públicos continuado.

Dada a relevância da matéria para o aprimoramento do rol de direitos do consumidor nacional, esperamos contar com o indispensável apoio de nossos Pares para o aprimoramento e aprovação desta proposição durante sua tramitação nas Comissões temáticas desta Casa.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2016

Deputado **RÔMULO GOUVEIA**  
**PSD/PB**